

KARIN N. R. INDART & MANUEL A. F. DA SILVA

jkindart@yahoo.com.br; masilva@ie.uminho.pt

CIED, IE-UNIVERSIDADE DO MINHO, PORTUGAL

A LÍNGUA PORTUGUESA E A MITOGÉNESE DA NAÇÃO TIMORENSE

RESUMO

Neste artigo tomamos como referência teórica Bell (2003) a fim de debater o “panorama mitológico” nacional atual em Timor-Leste. Para o autor é mais apropriado o termo “panorama mitológico”, pois o mito de origem dominante e oficial coexiste e é contestado por mitos subalternos e essa concorrência dinâmica é constante. Para caracterizarmos a mitogénese oficial, analisamos o discurso de quatorze gestores e conceptores de políticas educativas sobre as decisões linguísticas feitas no sistema de educação timorense após a independência e comprovamos o papel central da língua portuguesa na narrativa de origem nacional. Analisamos o significado mítico da língua portuguesa em Timor-Leste – mais especificamente a visão fatalista (seu caráter de inevitabilidade no porvir do País, ainda que apenas no plano simbólico) em relação ao futuro desta língua no país, uma vez que quase todos os entrevistados demonstraram um grande otimismo em relação à permanência e disseminação do Português e sua importância central para a construção da identidade nacional.

PALAVRAS-CHAVE

Panorama mitológico; mitogénese nacionalista oficial; identidade nacional; língua portuguesa

INTRODUÇÃO

A justificativa comum para diferenciar a identidade leste timorense para com a identidade indonésia foi a colonização portuguesa e esta teria deixado a religião católica e a língua portuguesa como heranças principais e permanentes. Porém, após conquistar o direito à autogestão do país, a Assembleia Constituinte oficializou a língua portuguesa como língua oficial e de instrução, apesar de apenas 5% da população ser falante de português,

tendo decidido optar igualmente por um Estado laico, mesmo com mais de 90% da população professando a religião católica (Bolina, 2005, pp. 184-185). Isso nos leva a discutir a forte relação que a língua tem com a imaginada “Pátria” timorense, desde os tempos da resistência e luta contra a invasão indonésia. Antunes (2014) argumenta que pelo facto de apenas a elite ter tido acesso real à e ao domínio da língua portuguesa, foi inicialmente somente essa mesma elite quem possuía uma consciência de uma identidade nacional comum que pudesse unir os diversos povos leste-timorenses e, por essa razão, sempre insistiu na língua portuguesa (LP) como elemento fundamental da mitogénese.

No âmbito de investigações doutorais, analisaremos o discurso de 14 conceitores e gestores de políticas educativas sobre as decisões linguísticas feitas no sistema de educação timorense após a independência. Todas as entrevistas foram organizadas segundo a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1977; Quivy & Campenhoudt, 2008; Vala, 1986). São as afirmações destes entrevistados que dão origem à discussão aqui apresentada. Utilizamos uma abordagem qualitativa (Bogdan & Biklen, 1994) para esta análise.

Buscamos como base teórica para tal discussão o texto de Bell (2003) sobre o “panorama mitológico”. Estamos cientes de que o discurso dos entrevistados pode ser caracterizado como mitogénese oficial, porém, não é o único mito de origem existente no país e por essa razão também trataremos do panorama mais vasto dos mitos concorrentes.

PANORAMA MITOLÓGICO

Bell (2003, p. 63) traz ao debate dois conceitos importantes para a identidade nacional: a memória coletiva e a mitologia da nação. Para o autor, é importante distinguir claramente as duas concepções pois, não só são os dois conceitos distintos, como também podem agir em oposição um ao outro, por essa razão o autor procura diferenciá-los no seu artigo.

Esta abordagem compreende memória como uma propriedade social - moldado de mentes individuais, e (a seguir a partir deste) memória coletiva - ou o que é referido com mais precisão à lembrança como coletiva - para ser o produto de indivíduos (ou grupos de indivíduos) que se juntam para compartilhar memórias de eventos específicos, de tempo passado. Como tal, a memória pode ser exteriorizado apenas através de vários atos de memória, através da interação social. Além disso, a memória pode ser compartilhada apenas por aqueles que estiveram

presentes no evento que está sendo lembrado: a memória é assim ancorada na experiência comum. Memória coletiva é, portanto, um fenômeno intersubjetivo experimentalmente formatado. (Bell, 2003, p. 65)

Bell (2003) explica que o conceito comum de “memória coletiva” não trata de lembranças coletivas de eventos comuns, mas de representações, conceituações e entendimentos compartilhados e devem ser considerados míticos, pois não são verdadeiramente mnemônicas. Porém,

formas “orgânicas” de recordação coletiva podem realmente funcionar contra o gérmen da narrativa dominante (ou “mitologia governante”) da nação, o alegado repositório de ‘memória’ coletiva nacional. A memória pode, assim, funcionar como um local contra-hegemônico de resistência, um espaço de oposição política. (Bell, 2003, p. 66)

Essa tensão é bastante evidente nas distintas memórias do colonialismo no tempo da ocupação, quando o mito governante da Indonésia era a integração e as lembranças de ex-colônia lusófona eram contra-hegemônicas. Na atualidade a geração identificada com a língua indonésia encontra nesta uma memória contra a hegemonia do mito governante da língua portuguesa. As memórias emotivas em relação à independência são diversas da mesma forma, só para citar dois grupos, temos a memória dos ex-guerrilheiros e da população mais ou menos assimilada à vida sob administração indonésia. Bell (2003, p. 66) declara que a luta pelo controle da memória dos povos e a formação de mitos nacionalistas é debatida, contestada e subvertida incessantemente e propõe um novo conceito, o de “panorama mitológico” [*mythscape*] que acomoda as narrativas múltiplas e muitas vezes conflitantes que são escritas e reescritas como um repositório perpetuamente em mutação para a representação do passado, mas como finalidade de reconstrução do presente. Reconhecemos que recompor a importância da língua portuguesa para a unidade da nação timorense tem uma ligação direta com a ressurreição da própria nação independente, depois de ser considerada, por quase todo o mundo, sem forças para um renascimento por duas décadas. A identidade nacional em contraposição com a identidade indonésia prevaleceu e assim também a língua que justificava a diferença identitária e a necessidade de autonomia. Se a nação renasce literalmente das cinzas, a língua portuguesa revive com ela e assim nasce um novo mito dominante de origem nacional. O “panorama mitológico”, no entanto, não é unânime como o mito dominante.

Para a criação de um mito nacional, todos os diferentes formas de teorização contam com a centralidade do modo nacionalista de contar histórias, na narração evocativa das ligações entre passado, presente e futuro, afirma Bell (2003). O mito precisa ser convincente em fazer a relação entre grupos e indivíduos, porque a força do nacionalismo deriva sobretudo da sua capacidade de criar um sentido de identidade. Assim sendo, os nacionalistas têm de ser capazes de contar um determinado tipo de história sobre a nação e sua importância, uma história que ressoa emotiva para as pessoas, que glorifica a nação, que é facilmente transmitida e absorvida (Bell, 2003, p. 66). Essa representação histórica é construída sobre a formação e constante renegociação de identidade. Este processo sem fim exige a auto-incorporação ou a localização do grupo dentro de uma matriz de outras identidades fluidas, todas elas sendo também parcialmente emolduradas por e constituídas através de representações temporalmente estendidas de si mesmas em relação aos outros (Bell, 2003, p. 67). Dessa forma, a nação multiétnica timorense precisa constantemente negociar uma identidade coletiva única para ser nação e ser Estado, contudo como as múltiplas identidades, como afirma Bell (2003), são conflitantes e fluidas, esse processo é contínuo, não tem fim. Teorias sobre a origem do nacionalismo podem diferir, porém as abordagens principais entrelaçam questões de narratividade e representação e a construção de histórias sobre identidade, origens, história e comunidade é fundamental em todas elas. Isto indica que a representação está intrinsecamente ligada ao processo de moldagem de uma identidade nacional através do sentimento de unidade com os outros membros da nação e compreender-se como parte de uma narrativa temporal alargada. Porém, o discurso nacionalista deve ser capaz de representar o desdobramento de tempo de tal modo que a nação assume um papel privilegiado e valorizado. Representação e discurso devem, portanto, ser vistos como características construtivas do nacionalismo, sustenta Bell (2003, p. 69). Mais uma vez atentamos que, para a liderança política timorense, a língua portuguesa (em conjunto com a língua tétum) é essencial no discurso da construção da nação e da unidade nacional das múltiplas etnias envolvidas e está no âmago do mito nacional, sem a qual não haveria justificativa para uma nação independente. Questionar a manutenção da língua é interrogar a autonomia sociolinguística de Timor-Leste em relação à Indonésia, algo extremamente ofensivo para a liderança que lutou arduamente para convencer o mundo de sua identidade nacional única.

Para forjar o mito de origem nacional as nações exibem uma forma de memória coletiva, uma memória que é de alguma forma encontrada

internamente e compartilhada entre muitos, talvez a maioria, dos membros de qualquer comunidade nacional, alega Bell (2003). A memória compartilhada da nação timorense é a própria luta recente pela independência – quem não concordava com a independência ficou na Indonésia – migrou. As testemunhas da história da independência ainda são vivas, simultaneamente coetâneas e contemporâneas. Neste caso, trata-se não apenas de mitologia de origem, mas de memória coletiva de facto. Então, a noção de compartilhar ideias, valores e interpretações quer reais, como a luta pela independência, quer eventos ou narrativas de origens antigas como os antepassados *luliks*¹ ou a *uma lisan*², localiza a coletividade dentro de uma história comum, a história constantemente reafirmada e reproduzida através de rituais e símbolos ressonantes. É essa memória que, conforme Bell (2003) deve ser denominada como mitologia, que atua como uma poderosa força de coesão. Eventos passados e recentes têm igual importância para a memória coletiva, pois todas as formas de identidade, coletiva ou individual, trazem uma concepção de seu passado e do futuro. Novamente argumentamos a significância central da língua portuguesa para a identidade nacional justamente por conter elementos, em simultâneo, do passado e do futuro nacional. Apesar da identidade timorense fundar-se a partir da língua portuguesa e da religião católica, apenas a língua tornou-se oficial. Essa decisão coloca um peso muito maior na “memória” da língua do que na religião.

Bell (2003) argumenta que uma experiência realmente mnemônica é um fenómeno que só os indivíduos podem possuir corretamente, assim sendo, a memória, não é transferível entre gerações. Esse é um ponto relevante principalmente quando o evento histórico em questão é recente o suficiente para coexistirem os membros da sociedade com memória real e os membros que apenas conhecem a narrativa oficial, como no caso da luta pela independência. Estabelece-se um conflito de identidade nacional intergeracional – quem esteve e quem não esteve “lá” na guerrilha. Também conflito entre quem lutou no exterior de forma diplomática e quem lutou dentro, “no mato”, com armas pela independência, pois tem memórias distintas da luta. Além disso só os que possuem a língua portuguesa como língua de identidade podem de facto ter uma memória emocional desta no tempo passado, quem nunca teve acesso a ela apenas pode receber informações de sua importância através da narrativa oficial da nação.

¹ *Lulik*: sagrado, conceito de força transcendental que rege a sociedade timorense.

² *Lisan*: quando a palavra é usada com o substantivo *uma* (casa) refere-se à linhagem genealógica, à origem familiar.

Realmente, a representação do passado, sustenta Bell, depende de fatores como a etnia, a classe, o sexo e a idade, fatores naturalmente conflitantes (2003, p. 73). O mito dominante regula como forma de impor um significado definido sobre o passado, sobre a nação e sua história, no entanto, tentativas de “descontestação” invariavelmente falham, pois sempre existem reivindicações contrárias e leituras alternativas. A história nunca será aceite de forma consistente e de um modo universal, até porque é escrita pelos mais poderosos. Conforme Bell (2003), o mito dominante coexiste e é contestado por mitos subalternos.

Obviamente, o conflito existente estende-se à língua nacional. Em contexto multilíngue, como o de Timor, nenhuma língua obterá unanimidade como representação do todo nacional e do nacionalismo. Isso não significa que ela não possa ser legitimamente usada como mito nacional na construção da identidade coletiva e do Estado. Como interroga Antunes (2014, p. 27), “será a própria identidade leste-timorense apenas uma invenção da elite?”. Apenas uma pequena elite tinha consciência de identidade nacional quando Portugal iniciou a descolonização e sempre desejou manter a língua portuguesa como oficial. Esta elite, até 1975, tinha “uma visão mítica da Língua Portuguesa” muito influenciada pela própria ocupação violenta da Indonésia. É este período fundamental para o nascimento de uma pátria imaginária (Antunes, 2014, p. 32). A língua portuguesa desempenhou um papel importante nesse processo de tomada de consciência, alega o Antunes (2014). A consciência nacional não se formou inicialmente em todos os timorenses, “foi então, uma pequena elite, herdeira dessa consciência lusíada e cristã, ainda hoje assumida, que avançou. E a língua portuguesa foi um dos esteios usados para erguer a, ainda mítica e sonhada, Pátria. Antunes (2014, p. 35) acredita que a pátria foi idealizada nos tempos de ocupação por pensadores lusófilos – aqueles que mesmo não conhecendo quase nada de língua e cultura portuguesa mantêm uma ligação afetiva com uma ideia de Portugal, dos portugueses e da lusofonia.

Neste artigo defendemos que o panorama mitológico de Timor é o processo dinâmico constante de reinterpretação do mito nacional – do avô crocodilo ao pai guerrilheiro e herói nacional. É uma mistura de mitos de origem fantástica, intervenção dos antepassados e do *lulik*, histórias de assimilação colonial, de luta heróica pela liberdade e penoso desenvolvimento pós-independência. Obviamente que a idade, a fé religiosa e cultura/língua de grupos distintos são fatores que contribuem para conviverem – nem sempre pacificamente – diferentes interpretações do mito e assim, contribuindo para um alargado panorama mítico.

MITOGÉNESE OFICIAL

Diante das pressões para a mudança de língua de instrução e da realidade da inconsistência da política de implementação da língua portuguesa, os gestores da educação entrevistados ainda insistem na importância desta para a nação e têm uma visão bastante otimista acerca da sua disseminação no futuro. Constatamos como a língua está relacionada com o mito governante e a construção da identidade nacional e estabelecimento do Estado. Quase todos os entrevistados demonstram um notável otimismo quanto à sua disseminação e crescimento da sua importância para a unidade da nação. Essa confiança no futuro da, e através da língua, tem vários níveis: alguns, mais pragmáticos, procuram ver os progressos comprováveis; outros, mais idealistas, veem os avanços, mesmo pequenos, como uma marcha em direção ao progresso; ainda há os místicos, que ligam a língua portuguesa às forças invisíveis e sobrenaturais que podem, enfim, até mesmo ressuscitar um ideal nacional desfalecido.

Entre os progressos apresentados estão: o uso efetivo, mesmo que parcial da língua portuguesa no sistema de educação e no Parlamento; as escolas de referência³ (atuais CAFE) sendo seus professores oriundos da CPLP; a assimilação da geração pós-independência à política de reintrodução da língua portuguesa. A maior esperança para a manutenção do mito e da realidade língua portuguesa é, no entanto, colocada nos CAFE, que realmente garantem a aprendizagem e aquisição da língua portuguesa em todos os municípios e contribuem para a formação dos professores. Estes permitem prever um progresso no domínio da língua portuguesa a curto prazo, mudando a realidade de uma parte significativa das crianças que estão no sistema de educação atualmente. Conta-se com os professores timorenses em formação nestas escolas e com esta nova geração de alunos exposta desde tenra idade à língua para a disseminarem no futuro. Este programa traz novo impacto para a reintrodução da língua portuguesa no sistema de educação abrindo acesso real à nova geração rural à língua oficial.

Agora, há também as Escolas de Referências. (...) Portanto, estas aqui são as estratégias que (...) com o tempo ...o português vai ser falado em TL. Vai ser utilizado fluentemente em TL... (E1, p. 6)

³ Criadas em 2013, em 2015 foram rebatizadas por Centros de Aprendizagem e Formação Escolar (CAFE), mantendo as atribuições originais mas alargando-as ao domínio da formação de professores timorenses tanto no domínio da língua portuguesa como nos domínios disciplinares.

Até 2015 todos os 13 distritos já têm pelo menos uma escola de referência. (...) E assim, se isto der bem, daqui a 5 ou 10 anos já não precisamos professores portugueses ou brasileiros, são os próprios professores timorenses que asseguram, mas já num âmbito de língua portuguesa. (E7, p. 6)

Acredito que a grande maioria dos professores é sério em seu desejo de adquirir um bom padrão de Português com a finalidade tanto de ensinar de forma eficaz nas escolas, como também promover e desenvolver a linguagem em suas vidas diárias. (E8, p. 3)

Só que infelizmente como às vezes os estudantes num momento sabem mais [LP] que os professores. Este sentimento nasce e cresce e obriga os professores a aprender... (E13, p. 2)

Constatamos alguns discursos que utilizam uma linguagem militar e bélica para descrever os avanços da política de reintrodução de língua portuguesa no sistema de educação. De acordo com esses discursos, eles (defensores da LP e entrevistados no âmbito do trabalho de doutoramento que realizamos) e a nação estão em luta, em batalha, em marcha pela vitória da língua oficial em meio às tentativas inimigas de derrotá-la. Os adversários podem ser poderosos, a marcha pode ser lenta, os soldados podem ser fracos, no entanto, os timorenses vão manter-se muito perseverantes nessa luta, pois a batalha já está ganha. Essa metáfora de guerra, cremos, indica que a luta pela libertação inclui todos os elementos idealizados para a pátria timorense. Assim como venceram a improvável (para muitos até impossível) luta pela independência contra um grande inimigo e seus aliados poderosos, estes entrevistados estão convictos que a língua portuguesa também o fará em solo timorense:

mas felizmente eu creio que a batalha está ganha só que agora podemos capitalizar porque, senão o meu receio e se isto continuar neste ritmo... (E2, p. 6)

Conspiração, podia dizer mesmo assim, para se não frontalmente impedir o avanço do português pelo menos não facilitar a sua rápida reaquisição pela população timorense. Coisa que também esses nossos adversários pensam que aprenderam como uma lição, porque também não foi fácil a sua luta. Pois os timorenses vão manter-se muito perseverantes nessa luta. (E3, p. 3)

Eles também estão a esforçar para seguir cursos, para aprender LP para ensinar os estudantes. Portanto eu penso que nós estamos marchando para frente... não para trás! (E10, p. 2)

Também encontramos expressões que evocam sentimentos como esperança e convicção de que a política de reintrodução de língua portuguesa prevalecerá. Estes discursos demonstram uma espécie de otimismo fatalista: o destino de Timor está ligado à língua portuguesa e portanto a língua está fadada à sobrevivência, independentemente das pressões em sentido contrário. Além disso, interpretamos a ideia de espírito no discurso de um gestor como *Zeitgeist* hegeliano, em que os jovens estudantes universitários precedem a sociedade e a transformam, assim como participam ativamente do espírito de sua própria época – nova época em que vão moldando o modo como a sociedade timorense livre se concebe a si mesma:

mas como timorense tenho a convicção firme de que isso não vai acontecer. Vai continuar como a gente está a acreditar. (E3, p. 12)

Podemos dizer que LP em si é a nossa língua oficial. Portanto podemos dizer inegável. Nunca se pode negar porque é nossa língua, nossa identidade. Enquanto a língua posso dizer é indiscutível. Não gosto de falar sobre isto porque a decisão já é assim. E agora depende de qualquer cidadão. Eu tenho toda essa esperança. (E5, p. 3)

Então aí os estudantes foram cultivados desse espírito... mas há um momento difícil onde menos professores dominam a LP mesmo que criamos cursos intensivos para os docentes. (E13, p. 2)

Outros entrevistados servem-se, por sua vez, das poderosas forças naturais para descrever o desenvolvimento da reintrodução da língua portuguesa. O tempo e a natureza encarregam-se de fazer evoluir, espontânea e autenticamente, a língua em Timor. Por isso, o desenvolvimento não deve ser forçado, nem acelerado, pois o curso natural deve ser respeitado, assim como uma semente precisa germinar e crescer encoberta e silenciosa, seguir o seu ciclo e frutificar. Logo, independentemente da inconsistência política, a língua portuguesa parece destinada a prevalecer em Timor também naturalmente, pela simples evolução do tempo.

Acho eu o tempo vai mudar. A evolução do tempo vai mudar e eles não vão permanecer. Eles tem que seguir... a evolução do tempo. (E6, p. 6)

A nossa situação está em processo de mudança. Portanto a natureza vai selecionar. Às vezes, as instruções não conseguem mudar mas a natureza vai! (E12, p. 6)

Enquanto o tempo muda, muda a ideia, muda sempre para cumprir... (E13, p. 5)

Finalmente, alguns discursos personificam a língua portuguesa e lhe conferem vida própria através das expressões *viver*, *reviver*, *ressuscitar*. Ademais, note-se que em um país cristão reviver e ressuscitar são palavras com significado sacro. Assim, o elemento fantástico, mágico e milagroso é encontrado no discurso destes entrevistados em referência à língua portuguesa, pois naturalmente e secularmente algo morto não torna à vida, já completou o seu ciclo de existência nesse mundo ou nesse contexto. Porém, não é o caso da língua portuguesa que, já sem vida, retorna e renasce em Timor.

Na altura impulsionado pelo espírito de nacionalismo reavivou, para além do português que é língua internacional e língua de conexão oficial, reavivou o Tétum. (E2, p. 2)

Sentiram já que afinal a política ainda está viva. (E4, p. 4)

Depois tem de reviver novamente as motivações no sentido de 2000 para trás. (E4, p. 4)

Mas se nós olharmos para Língua Tétum que se fala, que se escreve, então significa que a receção do vocabulário português na Língua Tétum já mostra que LP está a ressuscitar em Timor-Leste. Porque as duas línguas vão ter que se desenvolver em simultâneo para levar a diante. Uma reforça a outra. Agora, daí é que eu digo que esta simbiose tétum-português é que é realmente o elemento denominador comum para a afirmação da nova identidade timorense. (E11, p. 2)

A independência e o nacionalismo não apenas reavivaram a língua portuguesa moribunda no tempo da ocupação, mas também o Tétum adormecido como língua nacional, que passa a ser pela primeira vez oficial. Da

mesma forma, o reforço e o novo estatuto do Tétum acabaram por resuscitar também o uso da língua portuguesa. Por simbiose, acreditam os entrevistados que uma língua salva a outra de extinção em Timor, pois no tempo indonésio as duas estavam em declínio, assim como uma identidade leste timorense original e anterior à interferência indonésia.

EPÍLOGO

Nos discursos analisados comprova-se a existência de uma visão fatalista (equivalente ao conceito de crença, na religião, e de teleologia no domínio da prospetiva) em relação ao futuro da língua portuguesa no país, pois demonstram um grande otimismo em relação à sua permanência e disseminação pela população no porvir timorense. Esse otimismo é notável, pois tais gestores vivem em um contexto de crescente crítica à concretização das políticas linguísticas, quer por deficiências materiais e humanas existentes no interior do sistema de educação, quer pela concorrência de outros mitos de origem nacional não hegemónicos (subalternos) nos quais a língua portuguesa não possui nenhuma função importante. Esse contexto atual dá testemunho de um amplo, diverso e complexo “panorama mitológico” em Timor-Leste. Porém, constatamos que a defesa da língua portuguesa em Timor está carregada de ideologia nacionalista e que a Pátria imaginada pelos seus fundadores tem a língua como uma mãe que reúne os seus filhos debaixo de seus largos braços na narrativa do mito de origem da nação, tal como o avô crocodilo deu origem ao território.

REFERÊNCIAS

- Antunes, R. J. (2014). Língua portuguesa e identidade Timorense: que relação? *Veritas, Revista Científica da Universidade Nacional Timor Lorosa'e*, 2(3), 27-39.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bell, D. S. A. (2003). Mythscape: memory, mythology, and national identity. *British Journal of Sociology*, 54, 63-81. DOI: 10.1080/0007131032000045905
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em Educação: uma introdução a teorias e métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bolina, M. (2005). Timor e a língua portuguesa no seu projecto educativo. *Revista Lusófona de Educação*, 6(6), 179-193. Retirado de <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/853>

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Vala, J. (1986). Análise de conteúdo. In A. S. Silva & J. M. Pinto (Eds.), *Metodologia das Ciências Sociais* (pp. 101-128). Porto: Afrontamento.

Citação:

Indart, K. N. R. & Silva, M. A. F. (2019). A língua portuguesa e a mitogénese da nação timorense. In M. L. Martins & I. Macedo (Eds.), *Livro de atas do III Congresso Internacional sobre Culturas: Interfaces da Lusofonia* (pp. 333-344). Braga: CECS.